



## **RESGATE HISTÓRICO DO POVO PIPIPÃ, HABITANTES DO MÉDIO SÃO FRANCISCO / PE**

### **HISTORICAL RESCUE OF THE PIPIPÃ PEOPLE, INHABITANTS FROM MEDIO SÃO FRANCISCO / PE**

### **RESCATE HISTÓRICO DEL PUEBLO PIPIPÃ, HABITANTES DEL MEDIO DE SÃO FRANCISCO / PE**

Valmir dos Santos Batalha<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

O presente artigo apresenta uma análise do ressurgimento do povo Pipipã que até o ano de 1998 vivia ao lado dos Kambiwá. Esses indígenas habitam a região do Submédio do rio São Francisco. O objetivo de tal artigo é, portanto, analisar as questões de reafirmações culturais, religiosas e identitária. A metodologia utilizada foi a leitura bibliográfica e etnográfica. Desde a colonização do Brasil, os nativos que aqui residiam têm lutado para manterem vivas suas línguas, cultura e tradições. Os fazendeiros e colonos tomaram as terras para plantar, criar gado e habitar; os missionários procuraram impor sua religião, catequizando os índios e ambos foram responsáveis pelo extermínio de muitas nações indígenas, ou contribuíram voluntária ou involuntariamente para que muitas outras fossem reduzidas ou que perdessem sua identidade. No entanto, desde aquela época até agora, os índios continuam resistindo e esforçando-se para manter suas tradições e não deixar que desapareça sua cultura. Por isso, muitas tribos, como os Pipipã, têm reivindicado seus direitos e suas terras.

**Palavras Chave:** Conflitos, Missionários, Pipipã

#### **ABSTRACT**

This article presents an analysis of the resurgence of the Pipipã, who until 1998 lived alongside the Kambiwá. These indigenous people inhabit the Sub-Middle region the São Francisco. The purpose of this article is, therefore, to analyze the issues of cultural, religious and identity reaffirmation. Since the colonization of Brazil, the natives that used to live here have struggled to keep their languages, culture and traditions alive. Farmers and settlers seized the land to plant, raise cattle and inhabit; the missionaries seek to impose their religion by catechizing the indians, and both were responsible for the extermination of many indigenous nations, or voluntarily or involuntarily contributed to reducing many others or losing their identity. However, from that time until now, indians have continued to resist and strive to maintain their traditions and not let their culture disappear. For this reason, many tribes, such as the Pipipãs, have claimed their rights and their lands. With the hamlets, many different tribes have come together, and today the Pipipã tribe is fighting to have its ethnonym accepted, valued and guaranteed their rights as citizens and as indians.

**Keywords:** Conflict, Missionaries, Pipipã

#### **RESUMEN**

Este artículo presenta un análisis del resurgimiento del pueblo Pipipã que, hasta 1998, vivió junto a los Kambiwá. Estos pueblos indígenas habitan en la región sub-media del río São

---

<sup>1</sup>Graduado em Filosofia, Sociologia, Serviço Social; doutorado em Ciências Sociais (Antropologia), Pós doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo sob a supervisão da Dra. Maria Cristina Pompa. Email: freibatilha@gmail.com



Francisco. El propósito de este artículo es, por lo tanto, analizar los problemas de reafirmación cultural, religiosa y de identidad. La metodología utilizada fue la lectura bibliográfica y etnográfica. Desde la colonización de Brasil, los nativos que vivieron aquí han luchado para mantener vivos sus idiomas, cultura y tradiciones. Los agricultores y los colonos se apoderaron de la tierra para plantar, criar ganado y habitar; los misioneros buscaron imponer su religión catequizando a los indios y ambos fueron responsables por el exterminio de muchas naciones indígenas, o contribuyeron voluntaria o involuntariamente para que muchos otros fueran reducidos o perdieran su identidad. Sin embargo, desde ese momento hasta ahora, los indios continúan resistiendo y luchando por mantener sus tradiciones y no dejar que su cultura desaparezca. Por esta razón, muchas tribus, como los Pipipã, han reclamado sus derechos y sus tierras. Con los asentamientos, muchas tribus diferentes se unieron y, hoy, los Pipipã, luchan para que su nombre sea aceptado, valorado y garantizado sus derechos como ciudadanos e indios.

**Palabras clave:** Conflictos, Misioneros, Pipipã

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo busca identificar o povo Pipipã (Quipapá) historicamente, com seus rituais ao longo da história, buscando dar visibilidade ao processo de ressurgimento da etnia. Inicialmente, farei uma abordagem etno-histórica de cunho bibliográfico sobre os Pipipã do sertão, que hoje ocupam a região da reserva biológica de Serra Negra (PE). A reserva foi criada, a princípio, para impedir que se tornasse depósito de lixo da Usina Nuclear de Angra dos Reis (RJ). Na década de 1970, houve uma grande movimentação e organização por parte de cientistas, pela população local e pela Igreja Católica para impedir o depósito de lixo nuclear no local.

A reserva está localizada às margens da PE-360 entre as cidades de Ibimirim e Floresta, no estado de Pernambuco, e a 16 km da BR-110/316, a chamada Reta (estrada de terra) entre as cidades de Ibimirim e Petrolândia. A unidade de conservação pertence aos municípios de Inajá, Tacaratu e Floresta. A área de conservação ambiental da reserva biológica é de 1.100 ha e foi criada no governo de João Figueiredo através do Decreto nº 87.591/82. Hoje, a área de preservação está sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Apesar de buscar resgatar a memória do povo Pipipã de forma geral busquei com maior empenho ater-me à aldeia Pedra Tinideira no município de Floresta – PE, próxima às margens do canal da transposição do rio São Francisco. Com o passar dos dias descobri que a vida social está organizada em torno dos Encantados e das crenças de que a unidade é capaz de vencer os obstáculos e conquistar direitos antes distantes (Batalha,2017).



O presente artigo busca mostrar que cada povo, em qualquer tempo, constrói a sua história a partir de suas necessidades e estabelece relações com o meio em que vive, produzindo assim, instrumentos que sirvam ao coletivo.

## **A RESERVA BIOLÓGICA DE SERRA NEGRA E SEUS HABITANTES**

Documentos históricos nos mostram que a Serra Negra foi habitada por vários povos indígenas entre eles: Xocó, Guegue, Uman, Carateú [Brancaçu] e Pipipã (ARAÚJO, 2003, p 39,40). A região em disputa já pertenceu à Casa da Torre, ao capitão João Rodrigues de Moraes, a José Francisco da Silva e, no final do século XVIII (1849), serviu também de refúgio para os rebeldes da Revolta Praieira:

Em 1823, José Francisco da Silva e Cipriano Nunes da Silva expulsaram, à mão armada, os índios Pipipã que habitavam a Serra Negra, situaram uma fazenda pastoril, construíram casa e currais e fizeram grandes plantações. Abriam estradas, e para sua garantia mantinham gente armada, prevendo assim qualquer investida dos índios espalhados das suas terras (ARAÚJO, 2003, p.48).

A Serra Negra foi uma região acolhedora para diversos povos, sendo a maioria indígena, porém a localidade é de difícil acesso: a estrada é cheia de buracos e não tem transporte público que possa atender toda a região. Assim sendo, os moradores utilizam animais, motos e veículos de tração para o transporte. A Reserva da Serra Negra atualmente tem acesso restrito à população, isso porque se trata de uma reserva de preservação ambiental, sendo liberada apenas para pesquisas ou para os rituais praticados pelos indígenas Pipipã e Kambiwá. Esses povos, uma vez por ano, sobem a Serra Negra para a realização do Aricuri e nessa ocasião são realizados batizados e o fortalecimento das forças encantadas.

Como o acesso ao transporte na região é bem difícil, algumas poucas famílias, ao comprar caminhonetes, passaram a ganhar mais dinheiro com esse tipo de transporte alternativo, e a população de Alexandra (povoado no qual há a área ocupada pelo povo Kambiwá), conseguiu também desfrutar de mais uma forma - ainda que limitada - de transporte para suprir suas necessidades.

Santo Junior (2015), em pesquisa doutoral, retoma a questão da ocupação e disputa da Serra Negra afirmando que:



Historicamente, a Serra Negra serviu de refúgio para diversas etnias durante o século XIX, período de intensos conflitos entre proprietários de gado e indígenas pelo controle das terras na dita Serra. Hildo Leal da Rosa, pesquisando nos documentos disponíveis no APEJE [Arquivo Público Estadual Jordao Emerenciano] sobre os índios na Serra Negra, descobriu que o local era o principal foco de resistência dos Chocó, Oê e Umã, que realizavam os principais ataques às fazendas nos vales do Pajeú e no São Francisco. Várias investidas ocorreram para expulsar esses índios da nomeada Serra, mas sem nenhum resultado satisfatório. O pesquisador apontou que em 1891, o Delegado de Floresta solicitou praças (soldados) para perseguição dos criminosos que infestavam a Comarca de Floresta, especialmente os índios da Serra Negra. Porém o último ataque à Serra teria ocorrido em 1894, culminando com a expulsão dos índios do local e a captura dos sobreviventes (mulheres e crianças) entregues às várias famílias de Floresta (SANTOS JÚNIOR, 2015, p.135).

No século XVIII, os Pipipã estavam presentes em várias localidades no sertão nordestino. Embora a literatura apresente os Pipipã na região da Serra Negra, é possível encontrar relatos da presença desse povo em outras regiões, por exemplo: “Chapada do Araripe, Ilhas do Submédio São Francisco, Rio Moxotó, Rio Pajeú, Serra do Arapuá e Serra dos Cariris Velhos” (MEDEIROS, Ricardo Pinto de; MUTZENBERG, Demetrio.2013).

Muitas pessoas acreditam que os indígenas brasileiros foram extintos ou que perderam totalmente sua cultura e tradições devido à miscigenação; outras têm a visão de que são selvagens e contrários à civilização ou ainda que sejam totalmente rústicos, ou pouco dotados de inteligência, devido à língua e costumes diferentes. Tal visão tem mudado a partir das lutas dos povos indígenas por seus direitos:

Essas visões acerca do índio mudaram na década de 1980 quando os povos indígenas passaram a se mobilizar politicamente para exigir seu reconhecimento oficial pelo Estado e a demarcação das áreas indígenas. A participação mais notória e pública dos índios foi durante a Assembleia Constituinte, em 1987. Naquele momento, os povos indígenas conquistaram a inclusão na Constituição Brasileira de 1988, da obrigatoriedade da União em reconhecer os direitos dos índios ao acesso a uma educação diferenciada, assistência médica e a retomada, demarcação e homologação dos seus territórios ocupados pelo latifúndio (SANTOS JÚNIOR, 2015, p.12).

Nota-se, então, que um novo capítulo da história brasileira tem sido redigido, no qual os indígenas começam a se mobilizar politicamente para fazer parte ativa dessa história: através de sua resistência e perseverança, têm lutado para manter vivo seu passado e dado passos importantes para preservar o seu futuro.

Desde o período da colonização portuguesa, apesar das dificuldades e problemas enfrentados, os indígenas têm lutado para manter viva suas culturas, línguas e tradições. Muitos



povos, ao longo dos anos, foram desaparecendo; outras, assimilando-se à sociedade. Os índios também foram, assim como os africanos, escravizados e obrigados a trabalhar para manter as atividades econômicas capitalistas da época (monocultura açucareira, plantio de café, criação de gado, produção de fumo e algodão e extração de ouro), predominantes entre os séculos XVI ao XIX (ALENCASTRO, 2000).

Muitos povos lutaram contra a escravização, mas aqueles que não se rebelaram acabaram sendo concentradas em aldeamentos onde os missionários de diferentes ordens religiosas (Carmelitas, Jesuítas, Franciscanos e outros,) ensinavam a religião católica e ofícios que possibilitaram a qualificação da mão de obra.

Devido às divergências entre colonos (no século XVIII, a pecuária estimulou a expansão da sociedade colonial no Sertão nordestino) e missionários, foi criado pela Coroa um Alvará, no dia 3 de maio de 1757, intitulado Diretório Pombalino que tornou obrigatório, entre outras medidas, o ensino da língua portuguesa. O Diretório dos índigenas criado pela Reforma Pombalina era, na verdade, mais uma forma de “civilizar” os índios, disciplinando-os ao mesmo tempo em que queria explorar as riquezas existentes no Brasil, bem como ocupar as terras.

A proibição dos maus tratos e da servidão, bem como a autorização da demarcação dos aldeamentos ocorreu apenas no Segundo Reinado através do Decreto nº 426 de 24/07/1845 (CUNHA, 1992). O referido decreto objetivava a regulamentação das missões catequéticas visando à permanência dos índigenas aldeados, facilitando assim, a ocupação das terras.

## **CONFLITOS E DESENTENDIMENTOS ENTRE INDÍGENAS E FAZENDEIROS**

No início do século XIX, habitavam o Sertão Pernambucano, segundo Pereira da Costa (1987), as populações indígenas dos Tamaqueu, Tuxá, Rodela, Bancararu, Chocó, Umã, Oê e Pipipã. Todas essas tribos viviam em conflito com os proprietários de gado da região e, por isso, tiveram que, para manterem-se unidas e em suas terras, lutar, negociar, exigir seus direitos e combater, quando necessário, para não desaparecerem, como ocorreu com muitas outras populações indígenas.

Durante os séculos XVIII e XIX, houve vários processos de “mistura” entre os povos indígenas que acabaram sendo todos reunidos e disciplinados ao trabalho pelos missionários, o que também acarretou uma homogeneização cultural. Além disso, à época também foi estimulado o casamento entre os índios e os colonos (OLIVEIRA, 2016). Os indígenas aldeados tiveram que adaptar-se não só ao novo local e à nova condição social, mas também foram



obrigados a aprender novos comportamentos e regras e, por isso, para manter seus costumes, tradições, línguas e rituais, tiveram que adaptar-se e desenvolver estratégias que pudessem assegurar-lhes a manutenção de sua cultura; sua persistência e resistência foram de suma importância para não perderem seus costumes, mesmo sendo obrigados a adaptarem-se aqueles que lhes eram impostos no período colonial.

Os escritos produzidos no início do século XIX forneciam informações sobre o período. Dentre eles, pode-se citar o APEJE (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano) e o MJPE (Memorial da Justiça de Pernambuco). Tais documentos foram uma grande fonte para mostrar como viviam as populações indígenas da época, quais os problemas que enfrentavam, como se organizavam para vencer as dificuldades, quem estava a seu favor ou contra, quais os eventos públicos e sociais ocorridos na época e muitas outras informações importantes e necessárias para obter-se um estudo mais detalhado sobre o panorama do período.

Nos documentos do APEJE, há registros sobre as populações indígenas dos Pipipã e Umã, consideradas como índios “bárbaros”, ou também chamadas, índios “brabos”, que ocupavam, em Pernambuco, a Serra Negra. Esses indígenas viviam em constantes conflitos com os fazendeiros de Cabrobó, Fazenda Grande e freguesias de Tacaratu. Eles eram acusados de roubar, furtar e até mesmo matar. Para defender-se, os criadores de gado e as autoridades locais pediram auxílio do Governo de Pernambuco para autorizar a perseguição aos indígenas que atacavam as fazendas, através da criação de bandeiras, auxílio material e dinheiro para a compra de munição.

Muitos documentos escritos por capitães, fazendeiros e outras autoridades da época acusavam os grupos indígenas, entre eles os Pipipã, de serem “bárbaros” por não serem “civilizados” e apesar de muitos terem sido batizados, não conseguiam se adaptar à ordem e à sociedade nacional. Além de “bárbaros”, os indígenas também eram chamados de “rebeldes”, porque causavam, segundo os brancos, desordem e não se sujeitavam às autoridades. Observa-se, porém, que havia também outros interesses além de expulsar os indígenas da região, pois registros mostravam que na terra onde os nativos habitavam, havia água potável, o que era favorável à criação de gado e à instalação dos moradores das fazendas:

Junto com o adjetivo de “bárbaros”, esses índios também eram chamados de “rebeldes”, pois não se sujeitavam as autoridades e eram acusados de promover a “desordem” pública com seus ataques às fazendas. Entretanto, esses mesmos registros apontam outra informação: a disputa pelo acesso aos locais onde existia água potável. No caso citado acima, José da Cruz solicitava munição para expulsar os Chocó e os Pipipãs do pajeú e Moxotó, permitindo aos moradores instalarem fazendas, pois a “terra donde os Barbaros habitão por terem muitas Aguas e serem terras habeis para criação de Gados Vacuns e Cavallar”(Ibidem,2015, p. 103-104).



As sociedades indígenas que aceitavam ser aldeadas, sendo assim sedentarizados e reunidos pacificamente, eram chamadas de “mansos”, e eram utilizados como mão de obra na sociedade sertaneja. Já aqueles que resistiam à sedentarização e viviam em conflito com os criadores de gado, pois não aceitavam as ordens das autoridades locais, eram chamados de “bárbaros”, “errantes” ou “brabos”. Esse termo era utilizado tanto pelos moradores brancos, quanto pelas autoridades locais, procurando então distinguir um grupo indígena do outro.

Na verdade, naquela época, eram considerados “rebeldes” todos aqueles que desobedeciam às ordens das autoridades locais nomeadas pela Regência e às leis do Império. Assim sendo, não apenas os indígenas eram os rebeldes, mas também todas as pessoas livres e negros desobedientes, ou que praticavam desordens públicas.

A criação de estradas, que facilitavam o comércio entre os povoados distantes e as vilas também era outra estratégia que ajudava a afugentar os indígenas. No entanto, o conflito maior vivido entre eles era em razão da água, já que naquela época a seca era intensa e as fontes de água potável ficavam nas áreas das missões e aldeamentos.

Para criar o gado, os fazendeiros precisavam de fontes de água e, assim, passavam a se instalar próximos a elas. Como essas fontes também eram utilizadas pelos povos indígenas, os fazendeiros e seus rebanhos acabavam sendo atacadas pelos indígenas, que apenas procuravam lutar por seu território.

Uma forma de amenizar o conflito foi transferir os nativos para a Aldeia do Jacaré e para a Serra do Arapuá. Contudo, tais áreas eram também férteis e produtivas, e, por isso, os fazendeiros e moradores continuaram querendo instalar-se nos locais pertencentes aos indígenas. Desta forma, o grande motivo dos conflitos da época foi o acesso às terras: de um lado, estavam os nativos, que defendiam seu território, do outro, se encontravam os fazendeiros e moradores, que cobiçavam as terras para criar seu gado. A seca que assolava a região fazia com que tanto os indígenas quanto os moradores buscassem locais com água para sobreviver.

Alianças entre indígenas e moradores começaram a ser feitas, pois assim poderiam ajudar uns aos outros: os moradores defendiam seu território de outros moradores e indígenas, e os índios, por sua vez, tinham proteção contra os ataques dos moradores ou de outros povos, além de também terem seu território protegido ou ampliado. As comunidades indígenas, então, “teciavam alianças com várias facções das oligarquias agrárias, tinham em mente a defesa dos seus próprios interesses, principalmente a manutenção da posse da terra, do modo de vida e da relativa autonomia da comunidade” (CARVALHO, 2011, p.127-128).



## **O TRABALHO DOS MISSIONÁRIOS CAPUCHINHOS, JESUÍTAS E DE OUTRAS ORDENS RELIGIOSAS.**

As missões no Brasil iniciaram-se com a chegada dos jesuítas, liderados por Manuel da Nóbrega, em 1549, sendo a primeira província jesuítica construída em 1553 a partir da Bula Super Specula do Papa Júlio II. As primeiras entradas de reconhecimento nos sertões da Bahia e de Pernambuco ocorreram entre os anos de 1551 e 1553. Já os Carmelitas Descalços chegaram ao país em 1580 e os Beneditinos, em 1581; os Franciscanos, em 1584, os Mercedários, em 1640 e os Capuchinhos, em 1642 (NEMBRO, 1972).

As Missões eram custeadas pela folha eclesiástica da administração colonial portuguesa e tinham, por isso, mais objetivos e exigências de uma expansão colonial, do que de uma verdadeira atividade missionária. Sendo assim, eram ao mesmo tempo uma penetração colonial e uma evidência da interdependência entre a Igreja e o Estado. O Regimento das Missões, em 1686, contudo, garantiu que os padres tivessem o controle temporal e espiritual das missões, mas em contrapartida, tal regimento também garantiu aos colonos valer-se da mão de obra dos indígenas, que apesar de ser paga, era tão pouco que não era suficiente nem para que os indígenas comprassem suas vestimentas.

As aldeias, tanto as capuchinhas quanto às jesuíticas, tiveram sempre os mesmos problemas: a luta entre indígenas e fazendeiros ou moradores pela posse das terras.

A maior parte dos registros capuchinhos contém informações apenas dos séculos XIX e XX. Durante esse período, a ordem teve grande participação nos aldeamentos indígenas: muitas missões ou foram fundadas pelos capuchinhos, ou eles apenas assumiram o cuidado com aquelas que foram primeiramente criadas por jesuítas e carmelitas descalços.

Em 1702, os capuchinhos franceses foram expulsos do Brasil, deixando assim as missões do São Francisco. Os jesuítas, paralelamente, também foram expulsos e a Corte decidiu entregar as missões aos carmelitas descalços.

Em 1761 foram encerradas totalmente as missões do São Francisco, pois a lei de 1755, que em 1757 transformou-se em Diretório dos Índios, tirou a administração temporal das aldeias elevando à categoria de vilas ou municípios as que eram mais populosas, as quais foram transformadas em freguesias e passaram a ser entregues ao clero secular.

Das ordens religiosas, os jesuítas foram os primeiros a chegarem ao Brasil e formar as primeiras Missões. A princípio, tinham por objetivo, “descer” os indígenas, ou seja, fazê-los sair do mato (essa era a razão principal das entradas); depois, esse objetivo mudou para a





cristianização e a assistência, surgindo, assim, as aldeias, apoiadas pelo governo da época, que, ao contrário dos missionários, tinham objetivos mais políticos e menos catequéticos que os padres.

Já os Capuchinhos também tiveram uma grande influência no Brasil, pois ajudaram no processo de aldeamento de diversos povos: Chocó (Xocó), Oê, e entre várias outras, os Pipipã, objeto de estudo deste artigo:

No início do século XIX, no Submédio São Francisco, sabia-se da existência de duas missões dos Capuchinhos italianos. Nos *Anais Pernambucanos*, Pereira da Costa (v. 5, 1987a) informou sobre as ações de Frei Vital de Frescarollo e do Frei Angelo Mauricio de Nisa para a pacificação dos “gentios” Pipipã, Chocó, Oê (Vouê) e Omaris (Umã) na Serra Negra e nas ribeiras do São Francisco e do Pajeú. Em 1802, o Frei Vital fundou a Aldeia do Jacaré na Serra Negra para reunir os Pipipã e no ano de 1804 foi fundada a Missão do Olho d’Água da Gamaleira para os Umã e os Chocó (ibidem, p. 165;167;171). Mas em 1806 esses “gentios” foram transferidos para Missão da Baixa Verde, sobre os cuidados do Frei Ângelo de Nisa, sucessor de Frescarolo (SANTOS JUNIOR, 2015).

De acordo com frei Vital de Frescarolo (REGNI, 1988), chegaram a ele 114<sup>2</sup> Pipipã (homens, mulheres, crianças e velhos), que lhe entregaram suas armas e falaram através de intérpretes (também chamados de “línguas”) o seu desejo de serem aldeados. Frei Vital explicou-lhes seus objetivos, que foram aceitos por eles: tirá-los do mato, batizá-los e ensinar-lhes o catolicismo. Assim, foi conquistando a confiança dos índios que, por sua vez, foram relatando suas histórias e, inclusive, as atrocidades que sofriam perpetradas pelos moradores.

Após vários dias, verificando que os indígenas estavam adaptando-se bem, Frei Vital resolveu encontrar um lugar para a aldeia e os indígenas escolheram o Jacaré, próximo à Serra do Periquito e à Serra Negra, pois, segundo eles, ali poderiam plantar e caçar. Foi fundada, então, a Aldeia do Jacaré e também construíram no local uma igreja dedicada à Nossa Senhora da Penha, que era a padroeira dos Capuchinhos.

Viviam em harmonia diferentes povos, como os Pipipã, os Umã e os Chocó e, no total, frei Vital aldeou 265 índios: 135 Pipipã e mais outros 130 dos povos Umã, Chocó e Oê (*Ibidem*, 2015, p. 112). Entretanto, devido à seca e à fome rigorosa enfrentadas, aliadas aos constantes

---

<sup>2</sup> Em Carta enviada ao bispo de Olinda dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, o frei Vital de Frescarolo relata o encontro que teve com os Pipipã em 1802: “Com efeito, aos 15, dia da gloriosíssima assumpção de Maria Santissima ao céu, às 4 horas da tarde, é que tive o inexplicável contentamento de vêr-me cercado, e ter na minha presença 114 gentios brabos, que é o numero total d’elles, entre maxos e femeas, grandes e pequenos. [...] toda esta minha diligencia tiver o seu bom efeito, como espero em Deus, com os 78 gentios brabos Vouê e Umão, que aldeei o anno passado no Olho d’agua da Gameleira, com estes 114 pipipões, e com esses cincoenta e tantos Xocós, que cá espero, são perto de 300 gentios bravos, que com a graça de Deus, tenho conquistado ao serviço do mesmo Deus e de Sua Alteza Real (FRASCAROLO, 1802, p.108-110).



ataques dos moradores, os indígenas começaram a abandonar a Missão e voltaram a “atacar” as fazendas. Dessa forma, o Governo de Pernambuco autorizou a prisão dos indígenas considerados rebeldes. Além desse problema, as populações indígenas do local reivindicavam a formação de uma nova aldeia na Baixa Verde para terem mais espaço e condições para plantar e sobreviver.

Em 1812, foi fundada por Frei Ângelo (sucessor de Frei Vital) a Missão de Nossa Senhora das Dores da Baixa Verde, nova aldeia para os Pipipã e outros povos indígenas. Tanto esta missão quanto a antiga do Jacaré continuavam sendo atacadas pelos moradores e fazendeiros. A seca, a fome e os ataques constantes dos moradores, assim como o falecimento dos freis Vital e Ângelo, fizeram com que muitos indígenas se dispersassem e abandonassem as Missões.

Além dos fatos mencionados acima, com a Independência do Brasil, em 1822, muitos missionários foram expulsos do país e os capuchinhos foram umas dessas ordens, pois não juraram fidelidade ao Imperador D. Pedro I. Somente em 1840, os missionários estrangeiros puderam voltar ao Brasil e com o Regulamento das Missões, em 1845, voltaram a catequizar os indígenas.

Foi, pois, indispensável a contribuição dos missionários capuchinhos para o aldeamento das populações indígenas de Pernambuco durante o século XIX. Os Pipipã, bem como os povos Umã, Chocó e Oê, foram reunidos pelos freis Vitais de Frescarollo e Ângelo de Nisa, que tinham por objetivo acabar com os conflitos entre índios, moradores e pecuaristas do Rio São Francisco e das ribeiras do Pajeú e do Moxotó. Contudo, não foram apenas os conflitos que dificultaram o aldeamento e a permanência dos indígenas nas missões: havia também outros fatores que além de fazerem com que os indígenas voltassem às matas, também impediam o crescimento da população: a pobreza, a miséria e a fome, a baixa taxa de crescimento vegetativo devido à alta mortalidade infantil, a exploração do trabalho indígena e a miscigenação, aliados aos constantes conflitos, influenciaram na diminuição das populações indígenas nos aldeamentos das missões (LOPES, 2005).

Depois da morte de Frei Ângelo de Nisa, em 1824, os indígenas que viviam no aldeamento da Baixa Verde saíram das missões e foram habitar vários locais, principalmente a Serra Negra. Sem a ajuda do frei, sentiam-se ainda mais desprotegidos, pois mesmo durante sua vida, o frei – assim como seu antecessor, frei Vital de Frescarollo – lutou para evitar os ataques sofridos pelos indígenas por parte não apenas dos moradores, mas também dos pecuaristas e das autoridades da época.



Os aldeamentos não foram, provavelmente, totalmente extintos, pois a partir de 1840, através de requerimentos (documentação comum e muito utilizada no período colonial), os indígenas, para demonstrar os seus conhecimentos sobre seus direitos em relação à posse das terras, começaram a reivindicá-las.

Com o objetivo de expulsarem os indígenas da Aldeia da Baixa Verde e se apropriarem das terras que foram dadas em carta registrada no ano de 1814, a Câmara e o Prefeito Interino da Comarca de Flores relataram, em fevereiro de 1841, vários crimes e até mortes atribuídas aos indígenas e pediram ao Governo de Pernambuco que fossem tomadas providências para combater os chamados “índios selvagens”, acusando-os de destruição e invasão das fazendas de gado, de roubo de cavalos e da morte de várias pessoas. A Câmara da Vila de Flores, para justificar seu pedido de apropriação das terras indígenas, alegava ainda que a Missão da Baixa Verde havia sido extinta totalmente e que as terras estavam abandonadas há mais de seis anos, vivendo ali apenas uns poucos indígenas restantes e que tais terras estavam sendo tomadas de forma indevida.

Como o Governo deu ordem de resolver de forma pacífica os conflitos, em 1842, o prefeito voltou a reclamar, alegando que não conseguiram resolver o problema, pois os índios continuaram a roubar e até chegou a chamá-los de “vadios”, dizendo que não havia como aldeá-los pacificamente. No entanto, os indígenas não eram preguiçosos e nem selvagens, mas procuravam apenas manter suas terras, que estavam sempre sendo ameaçadas pelos moradores e pecuaristas. Por isso, viam com desconfiança as tentativas de aldeá-los, mesmo havendo um capuchinho com eles, pois tinham confiança apenas em frei Vital e em frei Ângelo, ambos já falecidos.

Apesar dos missionários estarem preocupados com a conversão dos nativos, bem como com seu batismo e aldeamento para poderem educá-los, os colonizadores, em contrapartida, não tinham os mesmos objetivos, pois seu maior interesse era a ocupação das terras.

Após a chegada dos europeus, houve um declínio muito grande da população indígena devido a diversas doenças (sífilis, varíola, sarampo, bronquite e tantas outras enfermidades) e epidemias, as quais os indígenas, não possuindo imunidade, foram contagiados e acabaram morrendo. Uma simples gripe, para aqueles que nunca foram expostos a tal doença, causava muitas mortes. Tais epidemias foram devastadores, pois os nativos não tinham como preveni-las e muito menos condições adequadas para curá-las.

Além disso, é importante também destacar que, o contato por si só, dos indígenas com os brancos, já foi uma causa de declínio, não só da população em termos de quantidade, mas



também em relação a sua cultura e costumes. Indígenas que antes eram fortes, saudáveis e “cheios de vida”, passaram a ser apáticos, magros, tristes e indiferentes a tudo e a todos, havendo ainda os que se rebelavam e se tornavam violentos, pois quando se sentiam ameaçados procuravam se defender.

Os colonizadores não foram os únicos responsáveis pela morte ou diminuição do número de indígenas: os missionários, apesar terem por intenção o “salvamento” dos povos indígenas, muitas vezes contribuíram para que as populações nativas perdessem suas terras, costumes, tradições e línguas, já que acabavam forçando-os a abandonar sua vida nômade para sedentarizá-los.

Muitos missionários acreditavam que os indígenas eram ignorantes e que não tinham fé, rei e nem lei (REGNI, 1988, p.119). Tal visão acabou por contribuir para a destruição da cultura, das crenças e das tradições indígenas compartilhadas de geração em geração. Além disso, os nativos se sentiam inferiorizados e tinham sua confiança nos próprios valores totalmente destruída. Acreditava-se, então, que antes mesmo de tornar os indígenas cristãos, era preciso primeiro transformá-los em “gente”, pois além de não terem lei e fé, não possuíam tampouco noções de justiça, de civilização, de instrução e muito menos rei.

Há, portanto, certo desprezo pelo indígena e procura-se, assim, mostrar-lhe todos os pontos positivos da dita civilização, obrigando-os ou iludindo-os a mudar seus costumes e comportamentos, para ser então, considerados “gente”. Tal visão fica muito clara no que diz frei Apolônio de Todí, que apesar de haver sido uma figura de grande importância dos missionários capuchinhos do Brasil, conservava uma ideia negativa a respeito dos indígenas. Ao escrever para o funcionário público e também historiador Baltazar da Silva Lisboa, em dezembro de 1808, o missionário diz:

Portanto, parece-me que V.S. não duvidará do meu dizer, tendo visto mais ou menos que cousa são os índios, que são gente de nenhum prestimo, por serem falsos, preguiçosos, vingativos, e luxuriosos ao ultimo excesso. E por esse motivo a gente india, não se pode attrahir com o ceo, porque a fé delles não he firme; não se pode attrahir com as riquezas, porque não fazem caso nenhum dos bens do mundo, nem com os pontos de honra, porque são sem vergonha. Em fim são bichos, que só com medo se alcança alguma cousa delles. (Lisboa, 1808 apud Regni, 1988, p.120).

A relação entre europeus e nativos, causou assim, um verdadeiro massacre dos últimos que se viram dominados pelos primeiros, não somente em relação às terras, mas também em relação à cultura e ao modo de viver. A mentalidade da época não valorizava e respeitava o mundo indígena, ao contrário: queria modificá-lo e transformá-lo, muitas vezes através de violência.



## **A RELIGIOSIDADE INDÍGENA E SUA CATEQUIZAÇÃO PELOS MISSIONÁRIOS**

Para serem aceitos pelos europeus, os indígenas tinham que abandonar seus costumes, crenças e religião, tornando-se sedentários; não foram, pois, valorizados e aceitos como eram, mas sim forçados a se tornarem “civilizados”. Tanto os poderes públicos quanto os missionários se esforçaram para fazer com que os indígenas abandonassem suas vidas na mata, assumindo uma nova forma de vida social nas aldeias. Em relação à religião, os missionários queriam impor aos nativos a sua fé, e esses últimos, por sua vez, aceitavam-na tão facilmente quanto a largavam. As sociedades tinham suas crenças e manifestações religiosas baseadas principalmente na natureza e seus elementos, mas, para o europeu, tudo não passava de feitiçaria e magia:

São homens incultos e ignorantes, sem nenhum conhecimento do verdadeiro Deus, ou dos seus preceitos. Servem pelo contrário o diabo ou quaesquer espíritos maus, como tratando com elles temos muitas vezes observado. Para esse fim tem elles os seus feiticeiros, que são tidos em grande consideração. Quando saem a guerrear contra os inimigos e querem saber como lhes succederá a empresa, ou quando se acham longe de seus amigos e desejam saber como elles passam, ou quem será morto ou não, esses taes feiticeiros sabem varios modos de fazer vir o espírito ter com elles debaixo da forma que desejam, mas geralmente com a sua propria figura, como se fora tambem um tapuya. Deixa-no tambem percorrer o seu corpo sob a forma de uma mosca ou outro animalzinho para lhes predizer cousas futuras que desejam saber, e como toda a segurança se firma as palavras que o espírito lhes diz” (HERCKMAN, 1886).

Sobre a forma como os missionários e colonizadores europeus viam a religião e as crenças indígenas, há vasta literatura, na qual muitos missionários, escritores e historiadores relatam como eram os rituais e as formas de expressão religiosa que os indígenas tinham:

Os tapuias não semeiam nada nem plantam sem o auxílio de seus sacerdotes, que sopram sobre os campos o fumo de tabaco e enchem os crédulos de imaginação de fecundidade. Feita a sementeira e a plantação o rei convoca publicamente adivinhos e o povo. Eles se pintam com formosíssimas cores e se enfeitam com as penas mais elegantes. O rei cinge uma coroa verdejante. Assim se sentam naquela pompa, secam ao fogo os frutos de árvores, trituram-no depois de secos e misturam-nos, depois de moídos, na água, a qual bebem até vomitá-la. Em seguida levantam-se os sacerdotes um após outro com o corpo em tal imobilidade, como se estivessem enlevados com a contemplação de alguma visão celeste, manifestada no ar. Alguns há que trazem pendurado nas costas um feixe de plumas de ema, o qual aberto tem a circunferência de uma roda de carro. Outros há que lançam ao ar penas mais leves para verificarem donde sopra ele. É opinião de todos que o pão cai do céu daquele feixe de plumas e, se este for mais abundante, promete colheita farta: se, ao contrário, for mais escasso, pressagia colheita diminuta” (BARLÉU, 1974 [1647]: 265).

Em relação às crenças, Barléu comenta:



Crêem esses selvagens na imortalidade das almas, isto é, das daqueles que se finaram de morte natural, e não de mordedura de serpente, nem de veneno, nem de qualquer violência praticada por inimigo. (...) Pretendem que as almas dos mortos passam para o reino do demônio, onde, conforme fingem do inferno os poetas, se reúnem elas e são transportadas pelo demônio para outra margem. Depois que este lhes perguntou qual o seu gênero de morte, a saber-se pereceram de morte natural ou violenta, são conduzidos para um lugar de delícias como os Campos Elísios, no qual existe fartura de mel e de peixe. Tal é a sua concepção da imortalidade das almas (*Ibidem*. 267).

Frei Martinho de Nantes mostra claramente a descrença e o pouco caso que faziam em relação aos indígenas e sua religião, alegando que estes eram brutos e parecidos a animais e que suas crenças eram ridículas e vergonhosas:

Devemos admitir que estes pobres índios, não tendo Fé nem Lei nem Rei, nem artes, que são ajuda e guia de uma vida racional e política, haviam caído em todas as desordens que podiam causar essas falhas gerais e estavam de tal modo embrutecidos, pela maneira de vida grosseira, fundada toda nos sentidos, que se pode dizer que não tinham se não a figura de homem e as ações de animais e conquanto tivessem alguma forma de culto aos deuses que haviam imaginado, era tão ridículo e vergonhoso o culto quanto as coisas que adoravam. (...) Tinham um deus para as culturas que a terra produzia; outro para a caça. outro para os rios e as pescarias, e a todos esses deuses deixavam tempo para as festas em sua honra, e manifestavam sua adoração com alguns sacrifícios, que incluíam as mesmas coisas que recebiam, por meio de cerimônias pouco diferentes, constituídas de danças, pintura do corpo, festins quase sempre impudicos, praticando o adultério, a que não davam nenhuma importância.(NANTES, M. 1979 [1706]:4).

Apesar das boas intenções missionárias, as crenças dos indígenas, bem como todas as suas tradições e modo de vida não foram aceitos pelos europeus, pois estes procuravam em vez de aceitar e conviver com as diferenças, modificar e moldar os indígenas de acordo com seus critérios e pensamentos, não levando em consideração a cultura que tinham.

O processo de ocupação e de colonização das terras brasileiras culminou no desaparecimento de muitos povos indígenas (seja pelo extermínio, pela miscigenação ou pela progressiva perda dos costumes, línguas e tradições a partir da sua assimilação) e em uma expressiva redução no número de indivíduos.

### **KAMBIWÁ E PIPIPÃ: DISPUTAS POLÍTICAS, RELIGIOSAS E TERRITORIAIS.**

Vários povos, principalmente os localizados no Nordeste do país, vivem atualmente em regiões áridas e pouco férteis, e por isso, continuam sofrendo com a seca, a fome e a falta de recursos. Tudo o que foi comentado neste artigo reforça a luta pela sobrevivência e manutenção dos povos que, apesar de terem suas terras invadidas por fazendeiros, agropecuaristas e colonos,



de serem também denominados “bárbaros” e “selvagens” (entre outros diversos nomes pejorativos a eles atribuídos) e obrigados a aceitar uma nova língua, costumes e religião, ainda lutam para não perderem suas terras e manterem vivas as suas tradições.

Há, porém, ainda hoje, lutas e problemas em relação à posse das terras, ou por parte dos agropecuaristas, ou entre os próprios indígenas. Na área indígena dos Kambiwá, por exemplo, devido a vários problemas internos relacionados à distribuição das funções políticas e religiosas, houve a separação da aldeia em duas tribos. Um dos motivos da cisão foi o desentendimento entre o cacique, Ivan Pereira, e o pajé, Expedito Rozeno:

Em minha chegada à Área Indígena Kambiwá, em maio de 1998, conversei preliminarmente com alguns índios na cidade de Ibimirim, colhendo impressões sobre o momento político vivenciado na área indígena. Sabia que Ivan Pereira já não era mais cacique. Na época de minha última estada na comunidade (fevereiro de 1997), Ivan e o pajé Expedito Rozeno já se encontravam em desacordo sobre a forma de trabalhar para o grupo. A distância entre os dois ficou particularmente patente na filmagem de um Toré. Suas divergências passavam pelo fato de Ivan ter apoiado a retirada do administrador regional da FUNAI da recém-criada Delegacia Regional (DR) de Arcoverde, acusado de utilizar recursos das comunidades indígenas para promover festas na cidade.

Na ocasião, o cacique e o pajé se evitavam, suscitando observações dos presentes, que lamentavam a manifestação explícita de desacordo entre lideranças em um evento público, especialmente com a presença de visitantes. A conduta das duas lideranças feria a expectativa usual de comportamento, que implicava a troca discreta de cumprimentos e a plena partilha do ambiente proporcionado pelo ritual. Não fazê-lo simbolizava a dissidência estabelecida.

Posteriormente, as divergências entre Ivan e sua família com relação ao modo de trabalhar de Expedito ficariam ainda mais patentes. Uma das principais objeções de Ivan dizia respeito ao estilo de trabalho tradicionalista de Expedito, bem como à facilidade com a qual o então pajé recorria à Polícia Federal para resolver problemas internos do grupo. No entender de Ivan, essa última era uma medida extrema, que só deveria ser adotada após esgotadas todas as possibilidades de resolução interna dos conflitos. A adoção repetida desse recurso abria precedentes, que punham o grupo em uma situação vulnerável e posteriores intervenções similares (BARBOSA, 2003, p.49-50).

Observa-se, assim, que o fato de o pajé estar sempre pedindo a intervenção da Polícia Federal na resolução de problemas internos foi um dos motivos de desentendimento entre ele e o cacique.

Em uma reunião em junho de 1998 entre os indígenas e um representante do Banco do Estado de Pernambuco, foi proposta a votação para a saída do pajé, alegando-se que ele não tinha uma boa reputação junto ao administrador do Recife e também que não tinha uma boa postura como líder político, pois excedia suas atribuições de pajé (era para estar responsável apenas pelas curas e comando dos rituais), já que estava envolvido demais com assuntos de ordem política (Barbosa, 2003).



Aliado a este motivo, havia ainda a divergência entre o mesmo pajé e a vereadora Luciene, acusada por ele de desviar as cestas básicas destinadas aos indígenas e entregá-las aos “brancos”. Outro fator que levou à separação da aldeia foi o fato de que Expedito não considerava o ritual do Praiá, apenas o do Toré.

Assim, uma reunião foi feita e houve uma votação para que se decidisse se Expedito ficaria ou não na função de pajé. De um lado, havia os que estavam a favor de Expedito e, do outro lado, estavam os seus adversários, liderados pela vereadora Luciene. Foi sugerido que se fizessem, então, duas filas: uma a favor do pajé e a outra contra, e a que tivesse mais gente e fosse a maior venceria. Como a fila de Luciene estava maior, Expedito reclamou que havia gente “branca” no meio e que muitos dos índios não tinham respeito pela cultura e pela tradição, já que não estavam paramentados com as vestes de caroá; até foi pedido identificação das pessoas, tendo muitas delas apresentado suas carteirinhas, que comprovavam serem de origem indígena. Assim sendo, a fila contra Expedito ganhou. Este, não conformado, pediu uma nova votação, alegando que o lado oposto havia ganhado porque possuía “não índios” e que muitos que haviam saído da fila tinham retornado (Barbosa, 2003).

Os favoráveis a Expedito solicitaram à representante da FUNAI uma nova votação, com a presença da Polícia Federal, já que houve muita discussão e nada havia sido resolvido claramente. No entanto, o chefe do Posto interveio e não aceitou a ideia de uma nova eleição, afirmando que a vitória era dos candidatos do partido de Luciene. Por causa dessa decisão, os que eram favoráveis a Expedito, junto com o mesmo, decidiram abandonar a aldeia e criar uma nova. Com a divisão e o ressurgimento dos Pipipã, muitas famílias foram divididas entre si e os moradores da nova aldeia começaram a reconstruir suas vidas e a resgatar suas origens e tradições.

Lutar por seus direitos sempre fez e sempre fará parte da vida dos indígenas, não apenas os brasileiros, mas também os outros que vivem em outros países e continentes. Isso ocorre porque apesar de serem os primeiros moradores das terras, tiveram que lutar para mantê-las ou apenas continuarem vivos, já que com a invasão de outros povos e nações, continuam correndo o risco de serem dizimados e extintos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A história nos mostra o quanto estes povos lutaram para manterem vivas suas tradições, cultura, línguas, costumes e terras e essa luta continua nos dias atuais: hoje, é possível constatar que muitos povos no Brasil reivindicam suas terras e pedem por sua demarcação, bem como requerem melhores condições de vida e aceitação política e social.





Um país que não valoriza seu passado não tem um bom presente nem terá um bom futuro. Assim sendo, novas pesquisas e estudos têm sido feitos para conhecer mais sobre as origens do nosso país e os povos que aqui viviam antes dos europeus.

Este estudo procurou, a partir de pesquisa bibliográfica, mostrar o panorama dos séculos XVII a XIX, nos quais houve as missões e a catequização dos índios, mostrando os conflitos entre eles e os fazendeiros, colonos e autoridades locais. Procurou-se ainda mostrar a evolução dos povos que habitavam a Serra Negra até chegar à separação dos Kambiwá e o ressurgimento do povo Pipipã.

## **REFERÊNCIAS**

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ARAUJO, Jozelito Alves. **Toré e identidade étnica: os Pipipã de Kambixuru (índios da Serra Negra)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

BARBOSA, Wallace de Deus. **Pedra do Encanto: dilemas culturais e disputas políticas entre os Kambiwá e os Pipipã**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

BARLEU, Gaspar. **História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil**. São Paulo, Edusp, Belo Horizonte, Atatiaia, 1974 [1647].

BATALHA, Valmir dos Santos. **Os rituais Pankararu: memória e resistência**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais -Antropologia), São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

CARVALHO, Marcus, J.M. de. Movimentos sociais: Pernambuco (1832-1848). In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial**. Vol. II: 1831-1870. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 121-183.

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais pernambucanos**. 1701-1739. Recife: Arquivo Público Estadual, v.5, 1987.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras: FAPESP, 1992. p.152.

FRESCAROLO, Frei Vital de. **Informações sobre os índios bárbaros dos sertões de Pernambuco**. Rio de Janeiro, Revista Trimestral do Instituto Histórico: Geographico e ethnographico do Brazil. Tomo XLVI, parte I, 1883.



HERCKMAN, Elias. “**Descrição Geral da Capitania da Parayba**”. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, 1886.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da Liberdade**: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII. (Tese de Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de; MUTZENBERG, Demetrio. **Cartografia histórica dos povos indígenas em Pernambuco no século XVIII**. Clio. Série Arqueológica. Recife, UFPE, V 28, p.180-209, 2013.

NANTES, Bernardo de. **Catecismo da língua Kiriri**, publicado de novo por Julio Platmann. Leipzig, 1896. Ed fac. similar (1702).

NANTES, Martinho de. **Relação de uma Missão no Rio São Francisco**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979. Rélation succincte et sincère de la mission de père Martin de Nantes, Paris, 1706. Edfacsimilar publicada por F. G. Edelweiss, Salvador, Tipografia Beneditina, 952).

NEMBRO, Metodio da. “Patronato e Propaganda nel Brasile”, in Sacrae Congregationis de Propaganda Fide Memoria rerum. 350 anni al servizio di Propaganda, vol I, Roma, 1972.

OLIVEIRA, João Pacheco. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “Pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra capa, 2016.

POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução**: Missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil Colonial. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2001.

REGNI, Pietro Vittorino. **Os Capuchinhos na Bahia**: os capuchinhos franceses. v.1. Rio Grande do Sul: Paulinas, 1988.

SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos. **Os Índios nos Vales do Pajeú e São Francisco**: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801 - 1845). Dissertação (Mestrado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

#### **FONTES: DOCUMENTOS IMPRESSOS.**

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE

Biblioteca Setorial do Centro de Filosofia e Ciências Humanas a UFPE

Coleção de Leis, decretos da Província de Pernambuco (1835/48) - CLDPPE

Decreto nº 58 de Francisco do Rego Barros sobre a extinção das Vilas de Assunção e Santa Maria. Publicado em 19/04/1838. In: Coleção de Leys, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, dos anos de 1835 e 1836. Tomo I: Recife: Typografia de M. F. de Farias, 1856, p.135

Memorial de Justiça de Pernambuco (MJPE).



Registro de Ordens Régias (ROR), Comarca de Flores, anos 1813, 1814 e 1821.

Relatório sobre os aldeamentos de Índios na Província de Pernambuco. Publicado no Diário de Pernambuco em 4 de abril de 1873. In: MELO, José Antonio Gonçalves de. O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889) Vol. 1. Recife: Diário de Pernambuco, 1975